

# NOVA FOLHA COMERCIÁRIA

Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros. Che Guevara

Base territorial

Arapuá, Carmo do Paranaíba, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Matutina, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Tiros, Varjão de Minas

30 anos  
de luta

Informativo do Sindicato dos Empregados no Comércio de Patos de Minas e Região-edição março de 2024- Filiado a Força Sindical e USP  
Juca Mandú, 374, centro, Patos de Minas/MG telefone (34) 3821 5500 - E-mail [sindec@sindec.com.br](mailto:sindec@sindec.com.br)

## Celebrada Convenção Coletiva 2024/2025 para Patos de Minas e mais três cidades da base territorial



Sede do Sindicato dos Comerciantes de Patos de Minas e Região

O funcionamento do comércio lojista de Patos de Minas, Carmo do Paranaíba, Lagoa Formosa e Presidente Olegário/MG para 2024 foi definido com a celebração da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), no último dia 26 de março. O acordo que delineou as normas foi formalizado entre o Sindicato dos Comerciantes de Patos de Minas (SINDEC) e o Sindicato do Comércio de Patos de Minas (Sindcomércio) após algumas rodadas de negociações.

### Reajuste salarial

Entre as cláusulas acordadas evidencia-se o reajuste salarial da categoria, estipulado em 7.77%. Para quem recebe o piso da categoria. Com essa retificação as partes acordaram que o menor salário a ser pago à classe profissional e de ingresso em Patos de Minas, a partir de 1º de março de 2023, será de R\$ 1.515,00. Para as cidades

de Carmo do Paranaíba, Lagoa Formosa e Presidente Olegário, o menor salário a ser pago à categoria profissional e de ingresso será de R\$1.564,00. Para Patos de Minas ficou estipulado que os denominados comissionistas puros, isto é, aos que percebem somente salário à base de comissões fica concedida uma garantia mínima mensal no valor de R\$ 1.543,85, e aos comissionistas mistos (que percebem parte fixa mais comissões) fica concedida garantia mínima mensal no valor R\$ 1.515,00. Para as cidades de Carmo do Paranaíba, Lagoa Formosa e Presidente Olegário, aos denominados comissionistas puros fica concedida garantia mínima mensal de R\$ 1.602,71 e, aos denominados comissionistas mistos garantia mínima mensal no valor R\$ 1.564,00.

### Quebra-de-caixa

Em Patos de Minas, os empregados que exercerem função exclusiva de caixa tendo função anotada em CTPS receberão, a partir de 1º de março de 2024, o valor da garantia mínima de R\$ 1.515,00, recebendo ainda a título de quebra de caixa, o valor de R\$ 97,54. Para Carmo do Paranaíba, Lagoa Formosa e Presidente Olegário os empregados que exercerem a função exclusiva de caixa perceberão o valor da garantia mínima R\$ 1.564,00, e mais R\$ 97,54, a título de quebra de caixa. Caso o empregador passe a adotar, como norma da empresa, que não serão exigidas reposições de diferenças apuradas no caixa, ou no controle de entrega de valores, não serão obrigatórios o pagamento das verbas a título de quebra-de-caixa.

### Jornada de trabalho

A jornada de trabalho dos empregados em estabelecimentos de Patos de Minas, Carmo do Paranaíba, Lagoa Formosa e Presidente Olegário, terá a duração máxima de 44 horas semanais. Eventuais horas extras trabalhadas terão o percentual de 80% a mais que as horas normais e a compensação de horas fica reduzida de 180 para 120 dias. os empregadores a adoção mensal de horas extras limitadas a 2 horas, com adicional de 80% no valor da hora trabalhada.

### Datas especiais

Para datas especiais (Dias das Mães, Dia dos Namorados; Dia dos Pais e Dia das Crianças) ficou estabelecido que os empregadores poderão adequar à jornada de trabalho dos empregados utilizando escala de revezamento ou compensação de horas, sendo que empresas ou empregadores deverão combinar por escrito com os empregados A íntegra da Convenção Coletiva de Trabalho podem ser consultadas através do site do sindicato através do link [www.sindec.com.br](http://www.sindec.com.br)

## Sindicato somos todos nós: SINDICALIZE-SE

Quando você se filia ao sindicato garante uma série de benefícios



**Comerciário  
SINDICALIZE-SE**

### Confira:

- ▷ Assistência psicoprofissional.
- ▷ Assistência sindical e trabalhistas.
- ▷ Assistência comportamental no ambiente de trabalho.
- ▷ Assistência de direitos e deveres trabalhistas.
- ▷ Assistência e diagnóstico do direito individual do trabalhador.
- ▷ Assistência homologatória nas rescisões contratuais.
- ▷ Assistência jurídica trabalhista.
- ▷ Assistência odontológica (comerciários e seus dependentes).
- ▷ Assistência médica (comerciários e dependentes).
- ▷ Banco de empregos (método simplificado desenvolvido pela entidade para encaminhamento do trabalhador desempregado para nova contratação).
- ▷ Convênio com o Patos Tênis Clube e ASPRA (comerciários e dependentes).
- ▷ Convênio Colônia de Férias em Praia Grande litoral de São Paulo (comerciários e dependentes).
- ▷ Cursos na área de educação profissional e qualificação e requalificação profissional (comerciários e dependentes).
- ▷ Assistência psicológica assistência fisioterápica (inclusive domiciliar).
- ▷ Convênio farmacêutico com desconto de até 60%.
- ▷ Convênios com vários seguimentos do comércio para descontos através da carteira de identificação do sindicalizado.
- ▷ Assistência médica através do Cartão Saúde estabelecido em Convenção Coletiva de trabalho.
- ▷ Assistência médica e exames de imagens com Hospital ACTUAL
- ▷ Convenio assistência médica, laboratorial e odontológica com MEDICMAIS
- ▷ Convênio com o laboratório MEDIC IMAGEM
- ▷ Convênio de assistência médica, laboratorial e exames de imagens com CARDIOCLÍNICA
- ▷ Convênio médico com o CARTÃO DE TODOS
- ▷ Assistência funeral destinada aos dependentes por qualquer motivo de morte do titular, estabelecida em Convenção Coletiva de Trabalho.

## Com problemas financeiros unidade da Eletrosom encerra atividade em Patos de Minas



Unidade da Eletrosom no centro de Patos de Minas

**F**uncionários da loja da rede Eletrosom, em Patos de Minas foram surpreendidos na manhã do último dia 18 quando chegaram para trabalhar e encontraram as portas do estabelecimento fechadas. Em recuperação judicial desde 2015 a varejista vem enfrentando problemas financeiros, inclusive com passivo junto a funcionários e na entrega de mercadorias aos clientes. Nesse tempo, a Eletrosom, grupo que tem origem na

cidade de Monte Carmelo já fechou mais de 200 lojas em todos países para tentar se reassegurar financeiramente e reconquistar a confiança dos consumidores. A rede já foi considerada uma das grandes do país no ramo de eletroeletrônicos e móveis residenciais. As primeiras lojas do grupo a serem fechadas na região numa tentativa de recuperação judicial foram nas cidades de Carmo do Paranaíba, Patrocínio e Presidente Olegário. No entanto, a própria diretoria da rede garantia que a unidade de Patos de Minas permaneceria em funcionamento, o que acabou não se concretizando com o fechamento da loja nesse mês. Alguns funcionários já haviam se desligado da empresa através de rescisão indireta, que é quando o trabalhador entra na justiça de forma unilateral para se desagregar de contrato de trabalho sem prejuízo das garantias contidas na CLT. Porém, alguns alegam que mesmo tendo ganhado a causa ainda não haviam recebido nenhum tipo de indenização da Eletrosom. Lembrando que até o fechamento desta edição a rede varejista ainda não havia procurado do SINDEC para tratativas em relação ao fechamento da loja de Patos de Minas.

## Representante jurídica do Sindsuper-MG Visitou sede do SINDEC



Katya foi recebida por funcionários e diretores

O Sindicato dos Comerciários de Patos de Minas recebeu nos meados desse mês a visita da advogada Katya Alves, representante jurídica do Sindsuper- Sindicato Intermunicipal do Comércio Varejista de Produtos de Supermercados e Hipermercados no Estado de Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte. Na ocasião a profissional foi recebida

por diretores e funcionários da entidade quando foi servido um café da manhã á visitante. Katya Alves esteve na cidade para compromissos oficiais e por cortesia decidiu conhecer as instalações do SINDEC/Patos

### Passé férias em Praia Grande

OBS: Somente para comerciários filiados ao SINDEC

**ENCONTRA-SE NO SINDICATO O CALENDÁRIO DO PRIMEIRO SEMESTRE PARA RESERVAS E ACOMODAÇÕES NO CENTRO DE LAZER DOS COMERCÍARIOS EM PRAIA GRANDE/SP**

Quer passar férias na praia com desconto em hospedagem e alimentação?

**Entre em contato com o SINDEC (34) 3821 5500 - falar com Ascendino César**

## Sindicatos de trabalhadores assinam nota de repúdio contra falas ofensivas do vereador José Luiz Borges



A nota foi lida pelo vereador secretário Wanderlei Rodrigues Resende(PSD)

Bolivar Pacheco participaram da tribuna livre da casa para condenar o projeto de lei de autoria do vereador José Luiz Borges Júnior(PODEMOS) que obrigaria as entidades sindicais a fornecerem formulário aos trabalhadores que desejassem fazer oposição a cobrança da contribuição assistencial, quando da negociação da Convenção Coletiva de Trabalho. Na ocasião, o parlamentar municipal teve a oportunidade de opinar contra a posição das entidades sindicais, mas preferiu calar-se. Porém, “quando o referido projeto de lei entrou em debate e em regime de votação, o vereador em questão fez uso da

palavra e destratou a todos os representantes dos trabalhadores que estavam na galeria”, explicita trecho da nota de repúdio, acrescentando que foi utilizado o termo “covardes” para se dirigir aos presentes, além de outras grosserias, acrescenta o texto. Contudo, na última reunião da Câmara, a nota de repúdio foi apresentada junto a mesa diretora e lida pelo vereador secretário Wanderlei Rodrigues Resende(PSD) após a ordem do dia. Coincidentemente José Luiz Borges não compareceu a sessão. A informação é de que ele teria viajado para Brasília, mas não foi fornecido maiores detalhes sobre os motivos da viagem do parlamentar à capital federal. A nota de repúdio também informa que os representantes sindicais protocolaram denúncia junto à ouvidoria da Câmara Municipal contra o vereador José Luiz Borges Júnior pelas ofensas proferidas por ele. Na galeria da câmara estiveram presentes, presidentes e diretores do Sindicato dos Bancários de Patos de Minas e Região, Sindicato dos Rodoviários de Patos de Minas e Região; Sindicato dos Comerciantes de Patos de Minas e Região; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Alimentícia Patos de Minas e Região; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Patos de Minas e Região; Sindicato dos Trabalhadores na Ind. Metal, Mecânica e Elétrica de Patos de Minas; Sindicato dos Trabalhadores na Mov. de Mercadoria em Geral de Patos de Minas; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Patos de Minas; Sindicato Único dos Trabalhadores na Educação de Minas Gerais; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Extrativista e Minérios de Patos de Minas; Sindicato dos Trabalhadores em Serviços de Saúde de Patos de Minas; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Confecção e Calçados de Patos de Minas; Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público de Patos de Minas; Sindicato dos Trabalhadores Auxiliares Administrativa Escolar de Minas Gerais; Sindicato Empregados em Bares, Hotéis, Restaurantes e Similares, Conservadoras e Prestação de Serviços em Patos de Minas; Sindicato dos Empregados em Postos Combustíveis de Patos de Minas; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais; Sindicato dos Professores de Minas Gerais.

Um grupo de 17 sindicatos representantes de trabalhadores de variadas categorias emitiram nota de repúdio a um episódio ocorrido durante sessão na câmara dos Vereadores de Patos de Minas. Tudo começou quando os presidentes dos sindicatos dos bancários, Ivan Gomes Caetano e do sindicato dos Bares, Restaurantes e Similares, Waldir



José Luiz não compareceu a sessão

Governo vai enviar ao Congresso proposta para extinguir saque-aniversário do FGTS



O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho disse que a pasta vai enviar ao Congresso Nacional uma proposta para extinguir o saque-aniversário do FGTS. O texto, que poderá ser uma medida provisória (MP) — com efeito imediato —, ou projeto de lei (PL), também visa estender o empréstimo consignado a trabalhadores de empresas privadas por meio do FGTS Digital. Segundo o ministro, o saque-aniversário, que foi criado e instituído no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), acabava “enxugando” o Fundo em cerca de R\$ 100 bilhões ao ano. Isso também afetaria, segundo ele, os investimentos em habitação, já que grande parte dos trabalhadores utilizam os valores do FGTS para financiar imóveis. O saque-aniversário é uma modalidade opcional oferecida pelo FGTS em que o trabalhador pode sacar o valor que possui de forma parcial, uma vez ao ano, no mês de seu aniversário. Isso é diferente da opção tradicional, em que o saldo é disponibilizado em caso de demissão sem justa causa ou aposentadoria. Ao optar pela retirada do dinheiro em parcelas anuais, o trabalhador perde o direito de sacar a totalidade de sua conta caso seja demitido sem justa causa. Porém, continua recebendo a multa rescisória de 40% paga pelo empregador. “Uma das funções do FGTS é trazer a proteção ao infortúnio do desemprego, o cidadão que aderiu ao saque aniversário, criado no governo anterior, não pode sacar o seu saldo, sendo que o FGTS foi pensado como uma poupança para protegê-lo do desemprego.

## Comissão do Senado volta a discutir e pode aprovar projeto sobre redução da jornada

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado pode votar projeto que permite redução da jornada de trabalho, sem redução salarial. Na semana passada, o relator do Projeto de Lei 1.105/2023, Paulo Paim (PT-RS) apresentou parecer favorável ao texto do senador Weverton (PDT-MA), que apresentou o PL há quase um ano. Paim acatou apenas uma de oito emendas apresentadas. Foi a da senadora Zenaide Maia (PSD-RN), autorizando a redução da jornada por meio de acordo individual – e também sem alteração no salário. Se o projeto for aprovado com essa emenda, deverá ser votado no plenário da Casa.

Na justificativa do projeto, Weverton apontou uma tendência mundial, “principalmente nas economias de ponta, de que o incremento tecnológico tem acarretado o aumento da produtividade do trabalho, possibilitando a redução da jornada de trabalho sem acarretar perda nos resultados financeiros e sociais das organizações”. O parlamentar apresentou ainda um argumento socioeconômico: “Além disso, a redução da jornada de trabalho possibilita melhoria na qualidade de vida do trabalhador, aumentando, na razão direta, no aumento da produtividade (quantidade e qualidade) de seu produto final”. “Especialistas afirmam que o futuro do trabalho é, de fato, a redução da jornada. Podemos também lembrar que todos ganham mais dinheiro no mercado, mais salário, há mais gente trabalhando, produzindo, recebendo e consumindo”, afirma Paim. Assim, segundo o parlamentar, estudos de entidades como o Dieese apontam potencial de criação de milhões de empregos se implementada a redução. “Isso representaria uma transformação importantíssima em nosso mercado de trabalho, proporcionando oportunidades para muitos brasileiros que hoje enfrentam dificuldades para encontrar emprego. A redução da jornada de trabalho é uma oportunidade para construir um Brasil mais justo e mais produtivo.”

## Ministério do Trabalho suspende portaria sobre funcionamento do comércio nos feriados



Vista aérea de Patos de Minas. Foto: Internet

A controversa questão sobre o funcionamento do comércio nos feriados ganhou mais um capítulo. O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, anunciou que a atual portaria sobre o tema (3.665) será prorrogada por 90 dias. Com isso, a nova portaria, que entraria em vigor no início do mês de março está suspensa. “Nós temos certeza de que as partes chegarão a um texto que contemplará o funcionamento do nosso comércio na sua plenitude, respeitando sempre o direito às negociações, o direito dos

empregados e protegendo cada trabalhador”, afirmou o ministro. Segundo ele, a partir de agora representantes dos trabalhadores e dos empregadores no comércio têm três meses para chegar a um acordo sobre a aplicação da lei. Havia a expectativa de que as novas regras passariam a valer a partir do pós carnaval. Isso porque um mês antes, governo, empresários e trabalhadores haviam se reunido no Rio de Janeiro e discutido regras para a atividade. De acordo com informações do MTE, a decisão de suspender a nova portaria foi tomada durante reunião que incluiu o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, sindicalistas e representantes das frentes parlamentares do Comércio e Serviços e do Empreendedorismo. Assim, a Portaria 3.665, anunciada no ano passado, alterou outra (671), implementada no governo anterior. O principal problema, segundo Marinho, é que a regra anterior desrespeitava a lei ao dispensar a negociação coletiva. Falta definir em quais setores ela é obrigatória.

## Toyota confirma investimento de R\$ 11 bi no Brasil até 2030 para expandir operação



A Toyota confirmou investimento de R\$ 11 bilhões no Brasil até 2030. O montante será utilizado para ampliar a capacidade de produção de veículos e motores com tecnologia híbrida flex. A previsão é de criação de 2 mil novos empregos, podendo chegar a 10 mil vagas ao considerar postos indiretos na cadeia produtiva. Do montante total, R\$ 5 bilhões estão confirmados até 2026 para a produção de um novo veículo compacto híbrido flex, anunciado no ano passado e com previsão de produção para 2025. Outro modelo com a mesma tecnologia, desenvolvido

especialmente para o Brasil, também está na agenda, com maiores informações ainda a serem divulgadas. Para atender à demanda aquecida por veículos eletrificados, a companhia vai investir na expansão do parque fabril em Sorocaba (SP), que atualmente funciona a plena capacidade. Com a ampliação, as operações de Indaiatuba (SP) serão transferidas para a cidade de forma gradual, a partir de meados de 2025, com conclusão prevista para o fim de 2026.

# NOVA FOLHA COMERCÍARIA

## Diretoria do SINDEC

### Diretoria Executiva

Ascendino Cesar das Chagas- Diretor/Presidente; José Marcelino Alves-Vice-Presidente; Vander José Viana- Secretário Geral; Lásaro Marcos Martins-Secretário de Finanças e Patrimônio; César Alves de Magalhães- Secretário de Relações Sindicais; Maria Salomé de Sousa- Secretária de Divulgação, Cultura e Formação Sindical; Elcio Caixeta de Araújo- Secretário Social e de Esportes

### Conselho Fiscal

Diullia Frantielle Ferreira- José Lázaro de Araújo- Gasparina das Graças

### Delegação Federativa

Ascendino César das Chagas, José Marcelino Alves

Os artigos assinados não representam o pensamento da editoria

## Cozinhas Solidárias poderão servir 1,1 milhão de refeições por mês com novo decreto de Lula



Presidente Lula durante lançamento do programa alimentar

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou decreto que libera recursos para as cozinhas solidárias. O programa faz parte do Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). A homologação durante a abertura da 1ª Reunião Plenária Ordinária de 2024 do Conselho Nacional de Segurança

Alimentar e Nutricional (Consea), no Palácio do Planalto, em Brasília (DF). Lula parabenizou os conselheiros do Consea e afirmou que o programa é o resultado do trabalho de pouco mais de um ano, que corresponde ao seu período na Presidência. O presidente também afirmou o objetivo de acabar com a

fome no país até o fim de seu mandato, em 2026.

Apesar de ser regulamentado esse mês, o programa foi criado em julho de 2023 após movimentos populares articularem-se para preparar e distribuir refeições para pessoas em situação de vulnerabilidade social, principalmente durante a pandemia de covid-19. Nesse sentido, as cozinhas solidárias foram consideradas uma tecnologia social crucial no combate à insegurança alimentar e nutricional. De acordo com a pasta, cerca de 2,77 mil atuam no país. Agora, a gestão do programa será feita por meio de parcerias entre o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e entidades sem fins lucrativos, que farão a operacionalização do programa na ponta, com a população em situação de vulnerabilidade.

**Fonte: Assessoria de Comunicação – MDS**

## CNTC reafirma necessidade de Negociação Coletiva para definir aberturas de supermercados nos feriados

Em reunião realizada na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, CNTC, as federações estaduais filiadas à entidade reafirmaram, por unanimidade, sua posição em defesa da proposta de portaria que havia sido acordada pela comissão tripartite em janeiro. Ou seja: não há concordância com o recuo dos supermercados em relação a necessidade de Convenção Coletiva junto aos sindicatos para definir o trabalho nos feriados. Segundo os membros da bancada dos trabalhadores na comissão e dirigentes da CNTC, Guiomar Vidor e Levi Fernandes Pinto, o recuo na publicação da portaria deu-se devido a pressão feita pelo setor de supermercados, que solicitou junto a Confederação Nacional do Comércio, CNC, e ao Ministério do Trabalho, a inclusão do setor nas atividades liberadas pela portaria. Vidor afirmou que isto é um retrocesso. “Além de gerar uma concorrência desleal com outros setores do comércio, colocaria em risco a validade da portaria, uma vez que o judiciário trabalhista já se posicionou sobre a necessidade de Convenção Coletiva autorizativa para que as empresas do setor possam utilizar sua mão de obra em feriados.”

Já Levi informou que o acordo que havia sido firmado no dia 24 de janeiro já estava maduro e fora resultado de, ao menos, cinco rodadas de negociação. Mas, segundo ele, a ABRAS, que representa os supermercados intensificou a pressão junto ao governo federal, o que levou ao adiamento da publicação da portaria por mais 90 dias. Caso não haja acordo diante da posição dos supermercadistas, os representantes da CNTC defendem que o ministro Luiz Marinho publique o que foi acordado pela comissão, não cedendo a pressão. “O que esses setores querem, através desta manobra, é ampliar cada vez mais a exploração dos trabalhadores dos supermercados, que representam a parcela mais sofrida da categoria”, disse Vidor. A CNTC deverá ampliar seus esforços no sentido de fazer valer o que fora acordado em 24 de janeiro. Para isso seu presidente, Luiz Carlos Motta, que também ocupa o cargo de Deputado Federal, buscará dialogar com estes setores dentro do Congresso Nacional. Para a entidade, é necessário resolver esse impasse, porém não é aceitável que a categoria comerciária seja prejudicada como pretendem os supermercadistas. *Fonte: fecosul.com.br*

## Benefício do INSS por incapacidade temporária poderá ser pedido pelos Correios



Os segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) poderão requerer o benefício por

incapacidade temporária (o antigo auxílio-doença), em agências dos Correios. Segundo o presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, o segurado do INSS terá duas opções: ir direto à agência dos Correios, sem precisar de agendamento, onde um funcionário fará o pedido e digitalizará o atestado médico ou pode iniciar o requerimento por meio da central telefônica 135 e ir à agência dos Correios apenas para apresentar o atestado médico para complementar a solicitação.

Os testes devem começar com um projeto piloto em Fortaleza (CE) mas a ideia é expandir o modelo para nível nacional. A abertura do novo canal de atendimento faz parte da estratégia do órgão de ampliar o uso do Atestmed em 100% até 30 de abril. Hoje esse sistema para a inclusão do atestado médico pela internet, sem a necessidade de perícia médica presencial em 2023, concedeu quatro a cada 10 pedidos de auxílio-doença.

## Gerente é demitido após dar ração a funcionárias no Dia das Mulheres



O gerente de uma distribuidora de cosméticos em Curitiba (PR) foi demitido por justa causa após dar ração de cachorro de presente a funcionárias como presente pelo Dia Internacional das Mulheres. A decisão é do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT-PR). “As vítimas compreenderam o ato como insinuação que fossem ‘cadelas’”, afirma a decisão. O ex-gerente entrou com uma ação pedindo o reconhecimento de vínculo empregatício, porque era contratado como pessoa jurídica, e a reversão da justa causa. O TRT-PR reconheceu o vínculo empregatício, de agosto de 2020 a fevereiro de 2021, bem como a

demissão por justa causa aplicada pela empresa, cujos pontos considerados foram a gravidade do fato, atualidade e imediação. O julgamento na 2ª Turma ocorreu em agosto de 2022. Em setembro de 2023, o caso teve a execução cumprida e foi arquivado.

Para provar a justa causa, a empresa apresentou um vídeo no qual o ex-gerente aparece entrando na empresa com um pacote de ração para cachorro. Segundo uma testemunha ouvida no processo, o homem ofereceu o pacote de ração como presente pelo Dia Internacional das Mulheres para um grupo de pelo menos quatro funcionárias. O caso tramitou na 17ª Vara do Trabalho de Curitiba, em 1ª Instância. O autor ainda tentou modificar a decisão por meio de recurso, julgado pela 2ª Turma, que acolheu o recurso da empresa e não teve que pagar férias proporcionais nem 13ª salário proporcional. “Há a necessidade urgente de se enfrentar hierarquias estruturais que, costumeiramente, destinam à figura feminina um papel marginalizado na sociedade em geral e no próprio ambiente laboral. Tudo isso é reflexo do machismo estrutural, o preconceito contra as mulheres é a causa de atos e condutas discriminatórias de gênero, como a praticada pelo reclamante”, declarou o relator, desembargador Célio Horst Waldraff.

## Lula inaugura indústria de fertilizantes em Minas Gerais



Lula destacou a importância da autossuficiência em relação aos fertilizantes

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou da inauguração do Complexo Mineroindustrial da EuroChem, em Serra do Salitre, Minas Gerais. Toda a produção do local será destinada ao mercado interno, com previsão de fornecer 1 milhão de toneladas de fertilizantes fosfatados por ano para a agricultura brasileira, o equivalente a 15% da produção nacional. O Brasil é responsável, atualmente, por cerca de 8% do consumo global de fertilizantes, ocupando a quarta posição, atrás da China, Índia e dos

Estados Unidos. No entanto, mais de 80% dos fertilizantes utilizados no Brasil são importados. Em discurso, Lula destacou a importância da soberania e autossuficiência do Brasil em relação aos fertilizantes. Para o presidente, é preciso aumentar os investimentos nesse setor para desenvolver ainda mais o agronegócio do país.

Para diminuir a dependência externa, o Conselho Nacional de Fertilizantes e Nutrição de Plantas (Confert), liderado pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, aprovou em novembro de 2023 as diretrizes, metas e ações do novo Plano Nacional de Fertilizantes. O principal objetivo é chegar a 2050 com uma produção nacional capaz de atender entre 45% e 50% da demanda interna, além de gerar oportunidades e empregos para os brasileiros. As principais ações do plano, de curto e médio prazo, visam reativar, concluir ou ampliar fábricas de fertilizantes estratégicas para o Brasil, sobretudo nitrogenados e fosfatados. Nitrogênio e fósforo, além do potássio, estão na base da maior parte dos nutrientes químicos usados na agricultura. Com investimento de US\$ 1 bilhão, em recursos próprios, essa é a primeira unidade de mineração da empresa fora do continente europeu. Fundada em 2001, a EuroChem é uma multinacional de origem russa com sede na Suíça e opera minas e instalações de produção na Europa, América do Sul, China, Cazaquistão e Rússia. Fonte: Agência Brasil

## Habib's é condenado a pagar R\$ 300 mil por convocação para ato anti-Dilma

A rede de restaurantes Habib's foi multada em R\$ 300 mil pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho) por convocar seus funcionários para um ato contra a então presidente Dilma Rousseff em 2016. A campanha “fome de mudança” foi lançada na semana que antecedeu os protestos do dia 13 de março, decorando as lojas com adereços e cartazes. Segundo o sindicato que moveu a ação, as unidades da rede se tornaram pontos de distribuição de materiais para a manifestação. A empresa afirmou, em nota, que não comenta casos judiciais em andamento, mas ainda pode recorrer da decisão, cujo valor será destinado ao Fundo de Amparo ao Trabalhador. A relatora do caso no TST considerou que a empresa abusou de seu poder diretivo empresarial, cerceando o direito à livre manifestação de pensamento dos funcionários. A decisão foi unânime a favor do sindicato, apesar da argumentação da defesa de que a mobilização não tinha